

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 24 de abril de 2024.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Balanço Patrimonial

#### ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.

#### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

Cataguases, 24 de abril de 2024.

#### BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	255	81
Aplicação no Mercado Aberto	6	58.829	14.397
Concessionárias e Permissionárias	7	5.432	4.937
Tributos a recuperar	8	183	336
Ativo de contrato de concessão	11	45.768	45.269
Outros créditos		1.210	2.967
<b>Total do circulante</b>		<b>111.677</b>	<b>67.987</b>
<b>Não circulante</b>			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	11	480.939	483.228
		480.939	483.228
Imobilizado		2	4
Intangível		32	6
<b>Total do não circulante</b>		<b>480.973</b>	<b>483.238</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>592.650</b>	<b>551.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Passivo</b>			
<b>Cirulante</b>			
Fornecedores	12	6.811	6.809
Impostos e contribuições sociais	13	1.589	3.910
Dividendos a pagar	14.6	10.791	-
Encargos setoriais		247	122
Outras contas a pagar		-	3.069
<b>Total do circulante</b>		<b>19.438</b>	<b>13.910</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	13	19.390	18.170
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	14.835	14.950
Encargos setoriais		298	248
<b>Total do não circulante</b>		<b>34.523</b>	<b>33.368</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>			
Capital social	14.1	267.964	148.251
Reserva de capital	14.2	340	243
Reserva especial de dividendos	14.5	51.592	51.592
Reserva de lucros	14.3, 14.4 e 14.6	218.793	184.148
		<b>538.689</b>	<b>384.234</b>
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	119.713
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>		<b>538.689</b>	<b>503.947</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>592.650</b>	<b>551.225</b>
		-	-
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Demonstração do Resultado

**ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		7.546	4.432
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		41.823	81.002
Receita operacional líquida	15	49.369	85.434
Custo de operação	16	(3.926)	(4.793)
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.443</b>	<b>80.641</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(2.304)	(2.230)
Outras despesas		-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>43.139</b>	<b>78.411</b>
Receitas financeiras	17	4.357	3.008
Despesas financeiras	17	(44)	(14.737)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>4.313</b>	<b>(11.729)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>47.452</b>	<b>66.682</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(2.131)	(1.287)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	115	(2.495)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>45.436</b>	<b>62.900</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	18	<b>0,20</b>	<b>0,45</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3. Demonstração do Resultado Abrangente

**ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	18	45.436	62.900
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>		<b>45.436</b>	<b>62.900</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucro (Prejuízos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
			Legal	Retenção de lucros					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>140.431</b>	<b>181</b>	<b>12.190</b>	<b>143.878</b>	-	<b>51.592</b>	-	-	<b>348.272</b>
Aumento de capital com reservas conforme AGOE em 29/04/2022	14.1 7.820	-	-	(7.820)	-	-	-	-	-
Programa de Remuneração Variável (ILP)	14.2 -	62	-	-	-	-	-	-	62
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	62.900	-	62.900
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva Legal	14.3 -	-	3.145	-	-	-	(3.145)	-	-
Dividendos	14.6 -	-	-	-	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Reserva de retenção de lucros	14.4 -	-	-	32.755	-	-	(32.755)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10 -	-	-	-	-	-	-	119.713	119.713
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>148.251</b>	<b>243</b>	<b>15.335</b>	<b>168.813</b>	-	<b>51.592</b>	-	<b>119.713</b>	<b>503.947</b>
Aumento de capital com reservas conforme AGOE em 28/04/2023	14.1 119.713	-	-	-	-	-	-	(119.713)	-
Programa de Remuneração Variável (ILP)	14.2 -	97	-	-	-	-	-	-	97
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	45.436	-	45.436
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva Legal	14.3 -	-	2.272	-	-	-	(2.272)	-	-
Dividendos	14.6 -	-	-	-	-	-	(10.791)	-	(10.791)
Dividendos adicionais propostos	14.6 -	-	-	-	32.373	-	(32.373)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>267.964</b>	<b>340</b>	<b>17.607</b>	<b>168.813</b>	<b>32.373</b>	<b>51.592</b>	-	-	<b>538.689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstração do fluxo de caixa

**ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	18	45.436	62.900
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	2.016	3.782
PIS & COFINS diferido	13	221	2.957
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	17	(4.403)	11.686
Amortização e Depreciação	16	8	14
Remuneração do ativo de contrato da concessão	11	(41.823)	(81.002)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissã	11	156	-
Receita de construção da infraestrutura	11	-	-
Pagamento baseado em ações	10	97	85
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição de tributos a recuperar	8	153	197
Diminuição de Concessionárias e Permissionárias	7	43.118	38.570
Diminuição (aumento) de outros créditos		502	(364)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) de fornecedores	12	(38)	(3.494)
Aumento de Encargos do Consumidor		186	370
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos	9	(1.329)	(3.520)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.124)	-
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(1.825)	1.221
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>40.351</b>	<b>33.402</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(40.029)	(11.403)
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	11	(116)	-
Aplicações no imobilizado e intangível		(32)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>		<b>(40.177)</b>	<b>(11.403)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Partes relacionadas	10	-	(3.303)
Pagamento de dividendos		-	(31.484)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(34.787)</b>
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>174</b>	<b>(12.788)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	81	12.869
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	255	81
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>174</b>	<b>(12.788)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

**ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Geração do valor adicionado</b>			
<b>Receitas</b>			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	15	51.960	89.342
Receita de construção da infraestrutura	15	(156)	
Outras receitas			
		<b>51.804</b>	<b>89.342</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Materiais e serviços de terceiros	16	(4.626)	(5.568)
Outros custos operacionais	16	(610)	(204)
		<b>(5.236)</b>	<b>(5.772)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>46.568</b>	<b>83.570</b>
<b>Retenções</b>			
Depreciação e amortização	16	(8)	(14)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>46.560</b>	<b>83.556</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	17	4.357	3.008
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>50.917</b>	<b>86.564</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		760	937
Benefícios		(22)	25
FGTS		74	64
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		3.923	7.233
Estaduais		1	14
Obrigações Intra-setoriais		700	646
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros		45	14.737
Aluguéis		-	8
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Reserva Legal		2.272	3.145
Dividendos		10.791	27.000
Reserva de retenção de lucros		32.373	32.755
		<b>50.917</b>	<b>86.564</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 7. Balanço Social

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	49.369			85.434		
Resultado operacional (RO)	47.452			66.682		
Folha de pagamento bruta (FPB)	834			995		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	-23	-2,76%	-0,05%	14	1,41%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	212	25,42%	0,43%	179	17,99%	0,21%
Previdência privada	43	5,16%	0,09%	38	3,82%	0,04%
Saúde	-5	-0,60%	-0,01%	6	0,60%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho	5	0,60%	0,01%	3	0,30%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8	0,96%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	15	1,80%	0,03%	318	31,96%	0,37%
Outros	5	0,60%	0,01%	216	21,71%	0,25%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>260</b>	<b>31,18%</b>	<b>0,53%</b>	<b>774</b>	<b>77,79%</b>	<b>0,90%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	6	0,01%	0,01%	5	0,01%	0,01%
Cultura	4	0,01%	0,01%	1	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>10</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,02%</b>	<b>6</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.712	7,82%	7,52%	7.068	10,60%	8,27%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>3.722</b>	<b>7,84%</b>	<b>7,54%</b>	<b>7.074</b>	<b>10,61%</b>	<b>8,28%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	155	0,33%	0,31%	434	0,65%	0,51%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>155</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,31%</b>	<b>434</b>	<b>0,65%</b>	<b>0,51%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2023: 50.917</b>			<b>Em 2022: 86.564</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	9% governo 21% acionistas		2% colaboradores(as) 0% terceiros 68% retido	9% governo 31% acionistas		1% colaboradores(as) 17% terceiros 42% retido
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

**Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. Contexto operacional

A Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“Companhia” ou “EGO I”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017, e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

### 1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 24/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás, compostas pela Linha de Transmissão Rio Verde Norte - Jatai, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 136 km, com origem na Subestação Rio Verde Norte e término na Subestação Jatai; pelo pátio novo de 230 kV na SE Rio Verde Norte, 500/230 kV, (6+1R) x 224 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora do lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) da concessão da linha de transmissão de Goiás (lote 3), ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo.

Em 14 de março de 2020, a Companhia iniciou suas operações energizando a linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 11 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

#### b. Instrumentos financeiros

##### Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

***Reconhecimento inicial e mensuração*** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 24/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica, firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e implementar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um ativo de contrato.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6% a 10% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção, decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto, obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção;

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- f. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

**Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 6% a 10% ao ano;

**Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão;

- g. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- h. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

## 4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	255	81
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>255</b>	<b>81</b>

## 6. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, operações compromissadas, CCBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 103,5% do CDI (108,1% em 2022).

	2023	2022
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(1)</sup></b>		
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	908	622
Compromissadas	10.112	175
Fundo de Renda Fixa	34.090	11.390
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	3.899	932
Letra Financeira (LF)	9.820	1.278
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante</b>	<b>58.829</b>	<b>14.397</b>

<sup>(1)</sup> Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CCB, Compromissadas, Fundo de Renda Fixa, LFT e LF são remuneradas 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

## 7. Concessionárias e Permissionárias

	2023	2022
Contas a receber de demais clientes	5.432	4.937
<b>Total - circulante</b>	<b>5.432</b>	<b>4.937</b>

## 8. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	170	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	9	8
Contribuição ao PIS e à COFINS	4	328
<b>Total - circulante</b>	<b>183</b>	<b>336</b>

## 9. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
<b>Passivo</b>		
Imposto de Renda	10.908	10.993
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	3.927	3.957
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>(14.835)</b>	<b>(14.950)</b>

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(43.633)	(14.835)	(43.971)	(14.950)
<b>Total - Passivo não circulante</b>	<b>(43.633)</b>	<b>(14.835)</b>	<b>(43.971)</b>	<b>(14.950)</b>

Em 2023, a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de operações com transmissão de energia	6.832	6.832	5.908	5.908
Receita operacional bruta	41.823	41.823	81.002	81.002
<b>Alíquotas de presunção</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>
<b>Lucro presumido sobre a receita bruta</b>	<b>3.892</b>	<b>5.839</b>	<b>6.953</b>	<b>10.429</b>
Receita da prestação de serviços	3.149	3.149	2.432	2.432
<b>Alíquota de presunção</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>
<b>Lucro presumido sobre a prestação de serviço</b>	<b>1.008</b>	<b>378</b>	<b>778</b>	<b>292</b>
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	798	798	2.285	2.285
Receita financeira sobre aplicações financeiras	(46)	(46)	13	13
<b>Total da Receita sem presunção</b>	<b>752</b>	<b>752</b>	<b>2.298</b>	<b>2.298</b>
<b>Base de cálculo total</b>	<b>5.652</b>	<b>6.969</b>	<b>10.029</b>	<b>13.019</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(848)</b>	<b>(627)</b>	<b>(1.504)</b>	<b>(1.172)</b>
Adicional IRPJ	(541)	-	(979)	-
Outros	-	-	(112)	(15)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.389)</b>	<b>(627)</b>	<b>(2.595)</b>	<b>(1.187)</b>

## 10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:</b>		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE X	Transmissão de energia

### Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

	Sigla	Ramo de atividade
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços

A Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), é controlada pela Energisa S.A, que por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Energisa S/A:</b>		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding
<b>Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:</b>		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
<b>Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:</b>		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLAWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
<b>Controlada direta da Energisa Soluções S/A:</b>		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
<b>Controlada direta da Energisa Biogás S/A:</b>		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de Compostagem
<b>Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A</b>		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

## Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços prestados <sup>(3)</sup>	Compartilhamento <sup>(5)</sup>	Saldo a pagar	Despesa com partes relacionadas <sup>(1)</sup>	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(6)</sup>
ESOL <sup>(2)</sup>	(3.536)	-	-	(249)	-	-
ESA <sup>(4)</sup>	(475)	-	(110)	(140)	-	-
ETE	-	-	-	-	-	-
ESS	-	226	(4)	(1)	-	-
ETO	-	127	(3)	-	-	-
EMT	-	490	(17)	(2)	-	-
ESE	-	128	(3)	-	-	-
EMS	-	323	(28)	(3)	-	-
EPB	-	266	(100)	(15)	-	-
EMR	-	39	(81)	(11)	-	-
EAC	-	27	(3)	-	-	-
ERO	-	133	(7)	(2)	-	-
ECOM	-	-	(6)	(1)	-	-
<b>2023</b>	<b>(4.011)</b>	<b>1.759</b>	<b>(362)</b>	<b>(424)</b>	-	-
<b>2022</b>	<b>(3.861)</b>	<b>1.574</b>	<b>(425)</b>	<b>(429)</b>	<b>(14.680)</b>	<b>(119.713)</b>

- (1) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros (CDI + 1,0783 a.a. em 2022);
- (2) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (3) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;
- (4) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - referem-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;
- (5) Em 29 de março de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;
- (6) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

## Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração dos membros da Diretoria	398	417
Outros Benefícios (*)	265	314

(\*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$34 e R\$34 (R\$31 e R\$31 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2023 foi de R\$34 (R\$31 em 2022).

## Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 4º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023, e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre*, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Restricted Shares (Matching)* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa <sup>(1)</sup>	3º programa <sup>(1)</sup>	4º programa	5º programa	6º programa <i>Restricted Shares Matching</i>	6º programa <i>Performance Shares</i>
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	1.552	1.499	2.225	3.563	2.249	2.249
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início vesting	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Opções de ações prescritas	-	-	-	-	N/A	N/A
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade <sup>(2)</sup>	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

<sup>1)</sup> Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$62 representativo de 1.407 *Units*, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

<sup>2)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return - TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2023.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No exercício findo em 2023, foram contabilizados R\$97 (R\$85 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações (*Units*) na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$340 (R\$243 em 2022).

## 11. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

O ativo de contrato inclui os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

O ativo contratual é recebido pela Companhia através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai
Margem de construção	30,52%
Margem de operação e manutenção	12,57%
Taxa de remuneração <sup>(1)</sup>	6% a 10%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	255.912
RAP anual	51.605

<sup>(1)</sup> A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, que reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2023	2022
<b>Saldos iniciais</b>	<b>528.497</b>	<b>488.030</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	41.823	81.002
Receita de operação e manutenção	6.270	5.727
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(156)	-
Receita de construção da infraestrutura	156	-
Recebimento RAP <sup>(1)</sup>	(49.883)	(46.262)
<b>Saldos Finais</b>	<b>526.707</b>	<b>528.497</b>
<b>Circulante</b>	<b>45.768</b>	<b>45.269</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>480.939</b>	<b>483.228</b>

<sup>(1)</sup> A Resolução Homologatória da ANEEL nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2023-2024, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

## 12. Fornecedores

	2023	2022
Serviços	6.811	6.809
<b>Total - circulante</b>	<b>6.811</b>	<b>6.809</b>

## 13. Impostos e Contribuições sociais

	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	757	1.132
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	624	733
Contribuições ao PIS e à COFINS <sup>(1)</sup>	19.340	19.678
Encargos Sociais	200	166
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15	325
Imposto Sobre Serviços - ISS	10	10
Impostos e Contribuições Retidos	33	36
<b>Total</b>	<b>20.979</b>	<b>22.080</b>
Circulante	1.589	3.910
Não circulante	19.390	18.170

<sup>(1)</sup> PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

## 14. Patrimônio Líquido

### 14.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$267.964 (R\$148.251 em 2021), representando 260.143.058 (140.430.558 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$119.713, mediante a emissão de 119.712.501 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital de R\$148.251 para R\$267.964.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2022, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

### 14.2 Reserva de Capital

Em 2023, inclui o montante de R\$340 (R\$243 em 2022) referente ao Programa de Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 10.

### 14.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## 14.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$168.813, e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

## 14.5 Reserva Especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2022 é de R\$51.592, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

## 14.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	45.436	62.900
Reserva legal - 5%	(2.272)	(3.145)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>43.164</b>	<b>59.755</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	10.791	14.939
Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R\$0,1922658457 por ação ordinária	-	27.000
Dividendos a pagar - R\$0,04148147135 por ação ordinária	10.791	-
Dividendos adicionais propostos R\$0,12444441403 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	32.373	-
<b>Total dos dividendos</b>	<b>43.164</b>	<b>27.000</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	45%

<sup>(1)</sup> Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

## 15. Receita operacional

	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	156	-
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(156)	-
Receita de operação e manutenção	6.270	5.727
Receita de remuneração do ativo de contrato	41.823	81.002
Outras receitas	3.711	2.613
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>51.804</b>	<b>89.342</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS Corrente	(348)	(54)
PIS Diferido	39	(527)
COFINS Corrente	(1.608)	(250)
COFINS Diferido	182	(2.430)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(507)	(467)
Taxa de fiscalização	(193)	(180)
<b>Dedução da receita</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(3.908)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>(49.369)</b>	<b>(85.434)</b>

## 16. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Pessoal	6	895	901	1.094
Entidade de previdência privada	-	43	43	37
Programa de remuneração variável (ILP)	-	97	97	85
Material	17	6	23	22
Serviços de terceiros	3.520	1.028	4.548	5.546
Depreciação e amortização	-	8	8	14
Outras	383	227	610	225
	<b>3.926</b>	<b>2.304</b>	<b>6.230</b>	<b>7.023</b>

## 17. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	4.403	2.994
Juros Selic s/imposto a recuperar	1	4
Outras receitas financeiras	(47)	10
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>4.357</b>	<b>3.008</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Atualização de mútuos	-	(14.680)
Outras despesas financeiras	(44)	(57)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(44)</b>	<b>(14.737)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>4.313</b>	<b>(11.729)</b>

## 18. Lucro por ação básico e diluído

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	45.436	62.900
Média ponderada das ações	230.215	140.431
<b>Lucro líquido básico por ação - R\$ <sup>(1)</sup></b>	<b>0,20</b>	<b>0,45</b>

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 19. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são examinadas pelos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	228	228
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	17	6
			<u>245</u>	<u>234</u>

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo:

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		255	255	81	81
Concessionárias e Permissionárias		5.432	5.432	4.937	4.937
		<u>5.687</u>	<u>5.687</u>	<u>5.018</u>	<u>5.018</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	58.829	58.829	14.397	14.397
		<u>58.829</u>	<u>58.829</u>	<u>14.397</u>	<u>14.397</u>

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		6.811	6.811	6.809	6.809
		<u>6.811</u>	<u>6.811</u>	<u>6.809</u>	<u>6.809</u>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

### Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora indireta Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### **Gerenciamento dos riscos de crédito**

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício de 2023 a Companhia não operou com derivativos.

### **Gerenciamento dos riscos de liquidez**

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

## **21. Benefícios pós emprego**

---

### **Plano de suplementação de aposentadoria e pensão**

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2023 é:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefício por Aposentadoria; invalidez;</li> <li>• Pensão por morte.</li> </ul>

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$43 (R\$37 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

### Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2023	2022
Ativos	1	1

## 22. Meio ambiente (\*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

- Programa de Gestão Ambiental da Operação** - o objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Rio Verde Norte - SE Jatá C1 e C2 - CD;
- Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;
- Gestão de Resíduos Sólidos** - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;

4. **Programa de Comunicação Social** - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licença expedida pela Companhia				
Empresa	Trecho	Licença Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	LO 78/2020	17/02/2020	17/02/2030

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os investimentos em meio ambiente foram de R\$155 (R\$434 em 2022).

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 23. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
<b>Outras transações não caixa</b>		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	41.823	40.467
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(156)	-
<b>Atividades operacionais</b>		
Fornecedores a prazo	40	-
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	40	-
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de Capital	119.713	7.820
AFAC	-	119.713

## Diretoria Executiva

---

**Gabriel Mussi Moraes**  
Diretor Presidente

**Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi**  
Diretor Geral de Operações

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Fernando César Maia**  
Diretor Técnico

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Contador  
CRC-RJ 107.310/O-0